

Evasão da Universidade: a psicologia escolar no terceiro grau *

Zilda A.P. Del Prette e Almir Del Prette **

Universidade Federal de Uberlândia - Minas Gerais - BRASIL

A atuação do psicólogo escolar/educacional (PEE) constitui-se um espaço em permanente construção no país. Essa atividade tem-se voltado, por razões históricas, ao primeiro e segundo graus e à pré-escola. No entanto, é plenamente defensável a inclusão do terceiro grau como locus potencial de trabalho do PEE considerando-se algumas semelhanças nos problemas desse nível com os anteriores.

A compreensão dos fatores associados à evasão escolar no primeiro e segundo graus, e de alternativas para lidar com o problema, tem mobilizado estudiosos das mais diferentes áreas (Brandão 1982; Bruns 1987; Patto 1987; Wescheler 1988; Chaves 1989; Viana 1991; Campos e cols. 1992; Favero e cols. 1992; Ribeiro 1993; Silva e cols. 1993). Duas classes mais gerais de fatores têm sido arroladas: os extra-escolares e os educacionais. A primeira inclui desde eventos migratórios à inserção da criança no mercado de trabalho; a segunda estende-se das dificuldades de aprendizagem às exigências normativas da escola.

No terceiro grau, apenas mais recentemente esse tema tem atraído a atenção dos pesquisadores. Pode-se dizer que os dados levantados pelos estudos são incipientes e não se prestam a generalizações. Além de apresentar índices de evasão, essas pesquisas têm procurado tipificar as possíveis causas, buscando, de um lado, alertar para o problema e, de outro, explorar variáveis independentes potenciais. Moysés e cols. (1985) apontam, como fatores causais, o descontentamento com o curso e as dúvidas quanto à escolha profissional. A insatisfação com o curso aparece igualmente na análise de Bruns (1992) sobre os discursos dos alunos em relação às escolhas profissionais, tanto dos que desistiram como dos que continuaram e concluíram a formação. Bueno (1993), com base nos estudos de Bruns (op. cit.) e de Rozenstraten (apud Bueno 1993), liga a evasão dos cursos da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo (Campus Ribeirão Preto) à escolha profissional e às dificuldades de adaptação, preconizando uma série de recomendações no sentido de resolução do problema.

Considerando-se a seletividade do ensino, traduzida na conhecida pirâmide educacional brasileira em que apenas 4,2% da população estudantil é constituída de alunos de terceiro grau, a evasão da e na universidade pode ser vista como um problema que extrapola o contexto universitário. Na perspectiva da universidade, a evasão

não pode constituir meramente uma temática ligada ao academicismo mas, também, um problema de gerenciamento e organização. No âmbito da sociedade e do Estado, a questão se desdobra em suas dimensões política e econômica, envolvendo aspectos ligados à saúde, ao transporte, à alimentação, à moradia etc. Sejam quais forem os setores contemplados pela distribuição dos recursos públicos, a problemática da evasão escolar remete à racionalização e à busca de índices de produtividade (educacional e econômica) vantajosos para o país. Tais índices, e os processos a eles associados, deveriam, de algum modo, estar disponíveis para o acompanhamento e avaliação pela sociedade.

A avaliação da incidência de evasão em nível de terceiro grau tem recebido pouca atenção na literatura. Moysés e cols. (1985) apresentam dados da Universidade Federal Fluminense, cujos índices de evasão, em cursos da área de ciências humanas (comunicação, geografia e letras) situam-se em torno de 25%. Esses índices são bem mais baixos em cursos mais concorridos (medicina, por exemplo, 5,7%) e bem maiores em cursos noturnos que diurnos.

O curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) tem sido referido, nos setores administrativos da instituição, como um dos que apresentam menores taxas de evasão, porém não foi possível encontrar estatísticas precisas sobre essas taxas em tais setores. A evasão "oficial", documentada, refere-se aos casos associados ao procedimento administrativo denominado de trancamento geral, e é com base neles que se desenvolve o presente trabalho. O termo evasão está, portanto, sendo aplicado neste trabalho aos casos de alunos que abandonaram o curso após efetuarem o procedimento administrativo denominado trancamento geral (TG), não voltando a se matricular e não efetuando transferência para outra universidade ou curso.

O objetivo da pesquisa consistiu em examinar os índices de TGs e de evasão, os momentos em que ocorreram e as causas relacionadas como possíveis indicadores de questões e alternativas pertinentes à psicologia escolar/educacional e à atuação do PEE em nível de terceiro grau.

Método

Os dados foram coletados em fontes documentais de setores de registro da Universidade Federal de Uberlândia: DIDOC (Divisão de Documentação), SEAG (Setor de Arquivo Geral), DIAAC (Divisão de Assuntos Acadêmicos) e DIARE (Divisão de Administração e Registro Escolar).

* Colaboraram neste estudo, as alunas Denise Alves Guerra e Elis Regina Costa, do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

** Professores do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - Via Washington Luiz, km 235, Caixa Postal 676. fones 0162-748361, fax 0162-748353.

Participaram da amostra, de forma indireta, todos os alunos que se matricularam no curso de psicologia no período de 1983.1 a 1992.1 e, mais especificamente dentre estes, os 133 alunos que efetuaram TGs.

Na análise de dados foi feito um levantamento da frequência absoluta e relativa dos alunos que efetuaram TGs, do período em que ocorreram e do "destino" desses alunos após os TGs. Sobre os motivos arrolados para o trancamento, documentados nos protocolos de TGs, foi feita uma classificação e um levantamento da frequência relativa das classes obtidas, organizadas em ordem decrescente.

Resultados

Uma análise dos relatórios de matrícula do curso de psicologia na UFU mostrou que, efetivamente, e de maneira regular, este tem preenchido as vagas anuais, através do vestibular e de transferência nos casos de desistências. Essas vagas foram de 30 alunos por semestre até 1990, de 35 em 1991 e, a partir daí, de 40 vagas por semestre, o que perfaz, no período sob exame neste trabalho (1983 a 1992), um total de 585 alunos.

Tomando-se por base o número anual de vagas, a tabela 1 abaixo apresenta a distribuição da frequência absoluta dos alunos (com data de matrícula de 1983 a 1992) que realizaram o procedimento de TG, bem como dos que se transferiram após o TG, e dos que concluíram o curso de formação de psicólogos após aproximadamente 5 anos de seu ingresso na universidade.

Tabela 1 - Dados gerais sobre vagas, TGs e conclusão do curso, de alunos matriculados entre 1983 e 1992

ANO DE INGRESSO	Nº DE VAGAS	TGs (ocorrênc.)	TGs (alunos)	FORMADOS (psicólogos)
1983	60	25	17	-
1984	60	24	15	-
1985	60	24	18	-
1986	50	24	19	-
1987	60	21	15	14
1988	60	25	21	40
1989	60	13	11	34
1990	60	04	04	55
1991	65	09	09	43
1992.1	40	04	04	49
TOTAL	585	173	133	235

Conforme observa-se na tabela 1, dos alunos ingressantes no período, 23 % (133) realizaram TGs e, considerando-se o total de ocorrências de TGs (173), constata-se que parte deles efetuou mais de um TG, com uma média de 1,3 TGs/aluno. Verifica-se também que 40% (235) dos ingressantes no período estudado concluíram o curso de formação de psicólogo entre 1987 a 1992, o que representa uma média de 30 alunos por ano. Esse valor, aplicado ao período total estudado, representa 67% dos ingressantes.

Os dados de frequência anual de TGs e de alunos, em relação ao número de vagas oferecidas no período estudado, são apresentados na tabela 2, a seguir. (A soma das percentagens ultrapassa 100% porque os mesmos alunos realizaram mais de um TG e porque as desistências, abandonos, transferências etc, geraram novas vagas.

Tabela 2 - Frequência anual relativa de alunos que realizaram TGs ao longo do período estudado

ANO	ALUNOS	TGs
1983	0,28	0,42
1984	0,25	0,40
1985	0,30	0,40
1986	0,32	0,40
1987	0,25	0,52
1988	0,35	0,42
1989	0,18	0,22
1990	0,07	0,07
1991	0,15	0,14
1992	0,10	0,10

Considerando-se a regularidade de uma duração em torno de 5 anos para o curso de formação de psicólogos, observa-se, no período entre 1983 a 1988, uma média de 25 a 30% de alunos por ano realizando TGs e 40 a 50% de TGs em relação à oferta de vagas, o que torna esse dado de interesse para uma avaliação das dificuldades dos alunos em manter-se no curso.

O acompanhamento da trajetória dos alunos que realizaram um ou mais TGs, ao longo desse período e os índices de evasão a eles associados são apresentados na tabela 3, abaixo.

Tabela 3 - Frequência absoluta e relativa de alunos matriculados no período de 1983 a 1992, conforme a situação seguinte a cada um dos sucessivos TGs que realizaram.

TGs	1º TG	2º TG	3º TG	4º TG	TOTAL
EVADIRAM	58 (0,43)	12 (0,36)	06 (0,86)	01 (1,00)	77 (0,58)
TRANSFERIRAM	08 (0,06)	02 (0,06)	-	-	10 (0,07)
VOLTARAM	67 (0,50)	19 (0,58)	01 (0,14)	-	46 (0,35)
TOTAL	N = 133	N = 33	N = 7	N = 1	N = 133

A evasão "oficial" detectada neste estudo representa 13% dos alunos ingressantes (77 sobre 585) no período estudado. É importante lembrar, no entanto, que essa taxa seria efetivamente bem mais alta se incluísse os casos de abandono ou desistência que não passaram pelo procedimento de TG. Observa-se que, do total de alunos que realizaram TGs, a maioria (58%) acabou abandonando a universidade, principalmente após o primeiro TG

(43%), mas também após sucessivas tentativas de manter-se no curso, voltando e efetuando novos TGs. Considerando-se o primeiro TG como indicativo de evasão subsequente, foi examinada a proporção de alunos em função do número de semestres letivos cursados antes do primeiro TG. Esses dados são apresentados na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Proporção de alunos matriculados no período de 1983 a 1992, conforme o número de semestres letivos cursados antes do primeiro TG

SEMESTRES CURSADOS	PROPORÇÃO DE ALUNOS
0	0,24
1	0,16
2	0,16
3	0,14
4	0,08
5	0,08
6 ou mais	0,14

Os dados indicam que a entrada na universidade e os primeiros três semestres letivos constituem o período crítico em que se realizam cerca de 70% dos TGs e, por essa via, portanto, a maioria dos casos de evasão.

O levantamento das classes de motivos arrolados pelos alunos no momento do trancamento é apresentada no quadro 1, juntamente com a proporção de casos associados a cada classe.

Quadro 1 - Motivos oficializados nos protocolos de TGs

MOTIVOS PROTOCOLADOS	FREQÜÊNCIA
NÃO DECLARADO	71 (0,53)
TRABALHO/HORÁRIO/SERV.MILITAR	20 (0,15)
TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADE	11 (0,08)
MUDANÇA DE CIDADE	09 (0,07)
ORDEM PESSOAL	09 (0,06)
PROBLEMAS DE SAÚDE E GRAVIDEZ	08 (0,06)
OUTRO CURSO	04 (0,03)
DIFICULDADE DE ACOMPANHAMENTO	01 (0,01)

Conforme observa-se no quadro 1, a grande maioria dos alunos não preencheu os protocolos na parte referente aos motivos do TG. Conversas informais com alguns alunos que realizam TGs dão conta de que a coleta desse dado é bastante deficiente, podendo inclusive ocorrer "sugestões" por parte do funcionário encarregado. De todo modo, entre os alunos que forneceram esse dado, observou-se a predominância de problemas relacionados à incompatibilidade entre horários do curso e do trabalho, juntamente com dois casos de interrupção para pres-

tação de serviço militar. A transferência de universidade e de cidade, embora relatadas separadamente, possivelmente se sobrepõem constituindo um motivo também bastante recorrente. Observa-se que as dificuldades acadêmicas, pelo menos como motivo declarado, constituem a causa menos freqüente, mesmo quando considerada juntamente com a busca de outros cursos.

Discussão

Os resultados do presente estudo colocam em relevo a questão da estrutura organizativa institucional apontada por Moysés e cols (1985) e por Bueno (1993). No caso presente, observa-se que a universidade está despreparada para lidar com a situação de evasão, mesmo no que se refere aos serviços documentais. Uma análise mais acurada, com base nos dados disponíveis, aponta para a dificuldade da instituição em lidar com o problema em três níveis.

O primeiro é o preventivo, que se refere à atuação da universidade com as escolas de primeiro e segundo graus na defesa de implementação de uma política de orientação profissional. Além disso, a instituição deveria envidar esforços na adaptação dos alunos ao curso e, nos casos de escolhas insatisfatórias, na orientação para outras áreas de formação. Conforme os dados apresentados, esses esforços deveriam concentrar-se nos períodos de entrada na universidade e nos três semestres letivos subsequentes, quando ocorre um maior número de TGs.

O segundo nível é o remediativo, que envolve, entre outros aspectos, a criação e execução de programas assistenciais através de trocas aluno-universidade, como, por exemplo, bolsas-trabalho, monitorias etc, evitando-se, dessa forma, o paternalismo. Nesse caso, o aluno receberia benefícios da universidade como atendimento médico, psicológico etc. que seriam retribuídos com horas-trabalho. Os programas remediativos poderiam prever atividades/trabalho aos alunos carentes; independentemente de suas necessidades mais imediatas, sendo os mesmos recompensados com bônus que lhes dariam direitos de uso futuro em serviços disponíveis na universidade.

O terceiro nível é o organizacional, que requer a sistematização de registros adequados de evasão e a capacitação dos funcionários para manejá-los, bem como a atualização constante desses dados para o municiamento aos colegiados dos cursos. Embora a taxa de evasão do curso de psicologia seja considerada baixa, a sua redução, bem como a que ocorre em outros cursos constitui um indicador de compromisso com o aproveitamento dos recursos públicos dispendidos e deve ser objeto de atenção da universidade por meio da convocação de todos os setores envolvidos com o problema e os profissionais com os quais ela possa contar, aí incluindo-se o psicólogo.

A atuação do PEE, no caso da evasão, poderia ocorrer tanto em termos de intervenção, quanto de pesquisa. Os dados de pesquisa serviriam de feedback de seu trabalho e permitiriam à instituição redirecionar suas políticas em relação a diversos aspectos da formação do aluno.

A presente pesquisa, embora baseada apenas em fontes documentais e com o objetivo mais restrito de chamar a atenção para o campo potencial constituído pelo terceiro grau, aponta já alguns encaminhamentos para a atuação nos níveis anteriormente referidos, especialmente no organizacional. Em um contexto de atuação mais sistemática, ela se desdobraria, necessariamente, em coleta de dados junto aos alunos evadidos ou temporariamente afastados via TGs, de modo a se ampliar as informações obtidas, especialmente em termos de fatores associados à evasão.

- Vianna, H.M. (1991). "Evasão, repetência e rendimento escolar - a realidade do sistema educacional brasileiro." *Estudo de Avaliação Educacional*, nº4, p.p.87-92.
- Wescheler, S.M. (1988). "O papel do psicólogo na prevenção da evasão escolar." *Anais da 18ª Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, p.p.617-621.

Referências Bibliográficas

- Brandão, Z. (1982). "O estado da arte na pesquisa sobre evasão e repetência no primeiro grau no Brasil." INEP, Rio de Janeiro (Relatório Mimeo).
- Bruns, M.A.T. (1987) *Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais*. Campinas, UNICAMP.
- Bruns, M.A.T. (1992). "Não era bem isto o que eu esperava da Universidade: um estudo de escolhas profissionais". Tese de doutoramento. Universidade de Campinas.
- Bueno, J.L.O. (1993) "A evasão de alunos." *Paidéia: Cadernos de Educação*, nº5, p.p.9-16.
- Campos, L.F. de L.; Sérgio R.C.; Santoro, S.C.; Lopes, M.C.; Trevisan, V. e Franco, M. (1992). "Evasão escolar: um estudo exploratório da opinião de escolares e docentes." *Anais do 1º Congresso Nacional de Psicologia Escolar*. São Paulo, p.p.228-230.
- Chaves, A.M. (1990) "Conseqüências a longo prazo da exclusão escolar." *Ciência e Cultura*, nº42 (5/6), p.p.347-353.
- Favero, O.; Horta, J.S.B.; Frigotto, S. (1992). "Políticos educacionais no Brasil, desafios e propostas." *Cadernos de Pesquisa*, nº83, p.p.5-14.
- Moysés, L.M.M.; Lankenau, T.J.G.; Padilha, L.C. e Santos, F.A.F. (1985). "A evasão escolar chega à Universidade." *Revista da Faculdade de Educação (UFF)*, nº12(2), p.p.7-24.
- Patto, M.H.S. (1987). "A produção do fracasso escolar: história de submissão e rebeldia." Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo.
- Ribeiro, S.C. (1993). "A Educação e a inserção do Brasil na modernidade." *Cadernos de Pesquisa*, nº84, p.p.63-82.
- Silva, R.N.; Davis, C.; Esposito, Y.L. e Mello, G.N. (1993). "O descompromisso das políticas públicas com a qualidade de ensino." *Cadernos de Pesquisa*, nº84, p.p.5-16.